

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Interesse e Solidariedade: teoria política e social em Alberto Salles e Oliveira Vianna.

Maro Lara Martins.

Cita:

Maro Lara Martins (2009). *Interesse e Solidariedade: teoria política e social em Alberto Salles e Oliveira Vianna*. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1233>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/qHx>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Interesse e Solidariedade: teoria política e social em Alberto Salles e Oliveira Vianna

Maro Lara Martins
IUPERJ / Bolsista Capes
marolara@ig.com.br

Para o pensamento social e político brasileiro em geral e para os nossos autores, Alberto Salles e Oliveira Vianna em particular, entre os temas das nossas heranças coloniais e da obra do Império, que para eles se inicia com a chegada da família real ao Brasil, a pergunta “quem somos” procurava ser respondida. Em um emaranhado de possíveis alternativas, destacam-se duas proposições gerais que conferem sentidos à nossa história na medida em que constroem temporalidades diferentes através da escrita da história.

O papel explicativo destas origens, americanas e ibéricas, trama a dramaticidade das evocações de nosso pensamento social e político, ao se levar em conta, o inventário de nossa entrada para a modernidade, emergindo assim, os dilemas constitutivos através destas alegorias explicativas.

Essas evocações oriundas de uma *cartografia semântica* transfiguram-se em referências e tradições de pensamentos que são apropriadas e reinterpretadas sob diversas circunstâncias. No fundo, uma comparação entre caminhos diferentes e adoção de uma referência particular de cada

contexto. França, Inglaterra, Estados Unidos, América Hispânica. Neste sentido, analisar a *cartografia semântica* destes autores deve levar em consideração as formas e os significados que atribuem a cada historicidade que analisam. O que nos leva a refletir sobre a América mobilizada de diversas formas, uma espécie de *polissemia da imagem*.

O empreendimento teórico de Alberto Salles centrava-se na tentativa de elucidação dos meandros evolucionários que permitiriam a própria evolução histórica e a formação das idiossincrasias das nacionalidades. Existiam duas proposições gerais em toda sua obra postas na ação do tempo: uma proposição teórica-política, de afirmação da teoria republicana e democrática de organização estatal associada ao liberalismo e ao federalismo, e, uma proposição teórica-social, de abordagem do mundo industrial e dos meandros sociais que permeiam a nacionalidade, como a solidariedade e a cooperação no mundo moderno. Dessa forma, Alberto Salles associava o interesse liberal à evolução social e ao federalismo político.

A tradição liberal, articulada por Salles, versava como ponto central sobre o indivíduo autônomo que livre e voluntariamente realiza um pacto com os demais indivíduos na criação e recriação contínua da sociedade, ao mesmo tempo, a narrativa histórica do romantismo era contraposta pela secularizada narração do progresso. A polaridade entre indivíduo e o todo social o levou a exaltar a liberdade individual como princípio chave, mas seu organicismo e sua teoria da nacionalidade, o fazem exaltar também o todo social.

Esta espécie de dialética entre indivíduo e povo-nação (chave para entendimento e base da cidadania e autoridade) atinge dois pontos básicos com relação ao futuro desejado, pois, o horizonte de expectativa girava sobre a concepção orgânica e funcional da sociedade, através da pedagogia que a prática democrática estabeleceria ao reatar com o nosso passado de americanismo político, e, por outro lado, se estabeleceria a cooperação social advinda dos sentimentos anti-individualistas.

Alberto Salles procurava o retorno às nossas raízes americanas. Seríamos genuinamente americanos até a vinda da família real portuguesa em 1808, fato este que, promoveu o desajuste entre o nosso *tempo social* e o nosso *tempo político*. A obra da monarquia sobre o nosso *tempo social*, arrefeceu as nossas características americanas, liberais e democráticas. No fundo, Alberto Salles procurava o retorno às nossas raízes americanas. A obra da monarquia sobre o nosso *tempo social*, para ele, arrefeceu as nossas características americanas, liberais e democráticas. “A idéia de

independência era a única que fornecia ao sentimento popular um ponto seguro de convergência, tornando-se cada dia mais saliente, como a primeira aspiração nacional.”¹ Entretanto, “o brado sumamente ridículo de *–independência ou morte–* que se levantou nos campos do Ipiranga, como um protesto solene da colônia pela sua emancipação política, não foi mais do que uma verdadeira farça.”² Desta forma, “a constituição social, que já se achava então perfeitamente acentuada, não foi que determinou a constituição política, segundo devia ser, senão a vontade única de um príncipe aventureiro.”³ “A monarquia brasileira, portanto, não teve sua origem na vontade popular.”⁴

Fato este que, promoveu o desajuste entre o nosso *tempo social* e o nosso *tempo político*. Alberto Salles ansiava a concretização da imagem que Tocqueville fizera anos antes da América. Desde a viagem de Tocqueville aos Estados Unidos, no século XIX, esse se tornou mais um paradigma de constituição social e política, cujo exemplo, lastreava a humanidade: a democracia⁵. Nada melhor do que estudar a democracia no seu caso mais específico e onde seu “espírito” mais se desenvolvia: a América, que na verdade, seria um apêndice do caso inglês⁶. Para tanto, Tocqueville desenvolveu uma análise da sociedade americana que procurasse as causas e o funcionamento desta democracia. Ele estabeleceu reflexões sobre os aspectos políticos, jurídicos, culturais e sociais da organização democrática americana.

A América, vista por Tocqueville, possuía um interessante ponto de partida: a unidade lingüística e cultural, as origens comunais de governo e a crença na soberania do povo, se atentando para o fato de que, a América teria o mesmo grau de civilização (costumes e hábitos do povo). A especificidade do caso americano se encontrava, para ele, na participação do povo no que diz respeito à coisa pública, tendo por sentido, a ação baseada no bem comum, estimulado pela dinâmica da comuna (township) e pela própria estrutura administrativa. A descentralização administrativa no caso americano, seria um imperativo para a liberdade. Na América, as instituições democráticas exigiriam que cada cidadão desempenhasse um papel prático no governo, moderando o seu excessivo gosto pelas teorias gerais, o americano, seria assim, um ser social pragmático.

¹ SALLES, A. *Catecismo Republicano*. p.104.

² Ibid. p.113.

³ Ibid. p.114.

⁴ Ibid. p.115.

⁵ Segundo Jasmin, o conceito de democracia em Tocqueville apresentava um aspecto duplo, de forma de governo e forma de sociedade, assim, “por um lado, a democracia serviu para nomear as sociedades históricas que ultrapassavam as estruturas sociais herdadas do feudalismo. (...) O processo secular que opera a transição das sociedades aristocráticas para a modernidade igualitária foi então denominado ‘revolução democrática’. Por outro lado, o conceito ganhou estatuto teórico de totalidade abstrata para significar um modelo de ordem social fundada na premissa da igualdade.” JASMIN, M. *Aléxis de Tocqueville: a historiografia como ciência da política*. 2ª ed. Belo Horizonte, Editora UFMG, Iuperj, 2005. p.39.

⁶ TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1977.

Na América de Tocqueville, a democracia uniria o interesse particular ao interesse geral, para freiar o individualismo, pois, as instituições sempre lembrariam ao indivíduo que ele está em sociedade. A doutrina do interesse bem compreendido seria um empreendimento filosófico e moralista, que se reforçaria através do hábito e ressaltaria a questão da utilidade das proposições na vida prática e cotidiana do indivíduo. A moral proveniente das associações uniria os homens ao redor de interesses grupais, a religião afagaria os interesses materiais na igualdade. A liberdade seria o único recurso que obrigaria os cidadãos a se basearem nos negócios comuns, na medida em que, a igualdade de condições estimularia o individualismo. A liberdade democrática gerava a procura de prazeres materiais através da indústria.

Seria nesta “América tocquevilleana”, modelo de entrada na modernidade, da qual também seríamos parte integrante, segundo Alberto Salles, que deveríamos nos espelhar. Ele apontava que, “todas as aspirações, todos os sentimentos, convergem hoje para o regime da mais perfeita igualdade; e quando uma crença se enraíza no coração das massas, ela passa imediatamente da ordem social para a ordem política. De sorte que a abolição dos privilégios sociais traz como consequência inevitável a eliminação dos privilégios políticos.”⁷ O mundo do interesse político se associava à aspiração moderna da igualdade, tendo em vista, a promoção do bem público via participação política e satisfação dos interesses sociais.

Para ele, havia a necessidade do advento de uma autoridade reguladora desta diversidade das necessidades que brotariam dos agrupamentos intra-sociais, responsáveis também, pelo fenômeno da cooperação social. “À cada órgão a sua função e a cada função o seu órgão.”⁸ A autonomia política dos Estados, e o conseqüente processo de descentralização, propiciariam o desenvolvimento moral e material da sociedade. A chamada lei do progresso em sociologia, montada sobre a dicotomia integração/desintegração, ou em outra chave, conservação/renovação, preconizava o papel da reconstrução da nacionalidade, ao estipular pelo federalismo, a unidade nacional. A autonomia política, administrativa, econômica e financeira, dos Estados e Municípios criariam um novo sentido às nossas atividades públicas, pois, indivíduo e Estado, tornar-se-iam entidades mais “próximas”. Seria assim, que a Constituição e o direito tornar-se-iam “monumentos” orgânicos da própria sociedade, pois, deveriam consagrar, “de uma maneira formal

⁷ SALLES, A. *Catecismo Republicano*. p.52.

⁸ *Ibid.* p.22.

e positiva, todas as liberdades individuais e sociais e cercá-las de todas as garantias precisas para a sua efetividade real, de modo a ficarem todas completamente fora da ação do poder político.”⁹

Deste modo, estava montado o arquétipo do sistema representativo entre nós, na união entre o interesse liberal, o federalismo e a evolução social, resultando no sistema representativo à americana. Tratava-se de reorganizar a pulsão democrática em nosso organismo social.

Haveria a precisão de uma intervenção em nosso *tempo social* levada a cabo pelos intelectuais dentro do Estado, pois, a implementação da representação, da federação e da reorganização do trabalho como problemas que solicitavam respostas no âmbito da consolidação da nacionalidade, estavam associados ao funcionamento do Estado. A federação traria consigo a descentralização do poder político, a unidade nacional e o equilíbrio de nossas forças democráticas propulsoras do interesse coletivo. A ação do Estado deveria ser tal que estimulasse o desenvolvimento dentro da ordem, gerando a organicidade e a funcionalidade necessárias para o progresso, fazendo rodar a engrenagem do *tempo histórico*. Tratava-se de um retorno ao nosso americanismo perdido. Os textos selecionados desse autor para análise foram *Catecismo Republicano* (1884), *A Pátria Paulista* (1887) e *Ciência Política* (1894).

Para Oliveira Vianna a nossa América seria outra, a de “baixo”, caracterizada pelos atavismos de nossa colonização. A nossa saída estaria em retomar os projetos efetuados pelo Estado Português, e, principalmente, concretizarmos a obra da monarquia. Seríamos no fundo ibéricos, e a República não dera conta de apagar essa fatalidade de nosso ambiente social e político. Tal Ibéria estaria “escondida”, agindo subterraneamente no Brasil “real”. Vianna observava a inadequação do liberalismo e do federalismo entre nós, como projeto “civilizatório”, sobretudo, por não serem instrumentos capazes de induzir a integridade nacional, a ordem, a legalidade e o ajustamento com a nossa realidade social e o nosso “*homo sociologicus*”.

Retomando as teses de Oliveira Vianna sobre nossa formação colonial, podemos afirmar que do meio geográfico e do latifúndio derivaram as principais características sociológicas da colonização, o poder público fragmentou-se e sua dinâmica promoveu o desamparo jurídico e político do homem comum e o clã rural apresentou-se como a unidade social agregadora, geradora

⁹ Ibid. p.37.

da solidariedade clânica patriarcal.¹⁰ Ressaltavam-se os elementos da vida rural brasileira: o isolamento das suas unidades, ausência de mercado interno entre setores, falta de estradas e comunicação, ausência do Estado como normatividade de direitos públicos.

Cada núcleo fazendeiro seria um microcosmo social, um pequeno organismo coletivo, com aptidões cabais para uma vida isolada e autônoma. Daí essa diferença entre a nossa e as sociedades européias. “Nestas a divisão do trabalho, especializando as atividades, forma as classes sociais interdependentes – e as une numa solidariedade estável.”¹¹

Estes fenômenos em questão, com suas matrizes culturais e sociodemográficas, permitiria a Oliveira Vianna, a partir de suas ferramentas conceituais, interpretar o *modus operandi* de certas estruturas oligárquicas de dominação, as quais - seriam incompatíveis com a constituição de uma democracia liberal- resultariam altamente efetivas para a aquisição e o exercício do poder. Este tipo de solidariedade clânica, ligada a nosso passado histórico não parecia, aos seus olhos, destinada a desaparecer como simples consequência do desenvolvimento ou da modernização no campo político. Oliveira Vianna apontou como uma constante cultural, a existência desse padrão de dominação envolto na inexistência de uma articulação espontânea de interesses dos grupos sociais com os aparatos do Estado, que por sua vez, obrigam-se-iam a interagir com esses grupos sociais, através de estruturas verticais de poder, em cujo topo se encontraria o chefe do clã rural e eleitoral. Seríamos o oposto do modelo anglo-saxão.

No nosso caso, o poder político e o poder social se organizariam piramidalmente, de modo tal que, cada chefe rural se conectaria a outro de forma a montarem uma estrutura de dominação articulada mediante o intercâmbio de “favores” recíprocos - problemas da pupilage política pela gratidão e amizade. Sempre se encontraria um referente em âmbito nacional, que necessitaria controlar em âmbito regional, as autonomias de certos grupos sociais e políticos, com a finalidade de facilitar o enquadramento político em tempos de eleições. Teríamos então, a situação bifronte

¹⁰ Para Gildo Marçal Brandão (comentando a obra de Vianna) “tratar-se-á de educar as elites, evitar a luta de classes, dar prioridade à construção da ordem sobre a liberdade, dar independência ao Judiciário, limitar as autonomias estaduais, organizar a população por meio de corporações, e construir uma sociedade civil (civilizada) por meio da ação racional de um novo Estado centralizado.(...) A imagem do Brasil que emerge do pensamento conservador é a de que esse é um país fragmentado, atomizado, amorfo e inorgânico, uma sociedade desprovida de liames de solidariedade internos e que depende umbilicalmente do Estado para manter-se unida. Nesta terra de barões, onde “manda quem pode, obedece quem tem juízo”, o homem comum só costuma encontrar alguma garantia de vida, liberdade e relativa dignidade, se estiver a serviço de algum poderoso. Fora disso, estará desprotegido – a não ser que o Estado intervenha. Ao contrário da Europa e dos Estados Unidos, aqui o Estado não deveria ser tomado como a principal ameaça à liberdade civil, mas como sua única garantia.” Brandão, G. “Linhagens do Pensamento Político Brasileiro.” *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 2, pp. 231-269.

¹¹ VIANNA, O. *Evolução do povo Brasileiro*. p. 155.

dos chefes de Estado, o conflito entre a Nação e o partido: “os chefes de Estado, antes de passarem pelo escrutínio popular, passam pelo escrutínio dos partidos e vivem da sua solidariedade.”¹²

Para Oliveira Vianna, tornava-se necessário avaliar o modo como se efetivaria a reestruturação rumo ao iberismo, e uma vez mais, estava colocado o dilema do nosso passado, e se este seria um obstáculo ou um suporte à criação de um mundo diferente. Uma vez mais, o peso da herança ibérica se fazia sentir: de um lado, se imputava ao passado marcado pelo iberismo, as circunstâncias por todas as dificuldades com que se defrontava o americanismo republicano. De outro lado, se procurava utilizar esse passado para construir o futuro, ou ainda, atribuía-se uma valoração positiva a esse mesmo passado. Qualquer que fosse o caminho a ser percorrido, o passado era o ponto central de onde qualquer solução precisaria ser encontrada. Em Oliveira Vianna, esta carga atávica apareceu sempre como ponto de partida para se construir o futuro.

Dentro desta lógica, essa inversão do nosso *tempo social* teria de ser considerada dentro da historicidade do nosso passado, e agora o “quem somos” deveria ser entendido dentro de uma contingência da historicidade, portanto, resgatar o valor dessa tese do “quem somos” e sairmos em construção da superação da antítese do “não somos”, e assim, sermos “outro”, a necessidade do *idealismo orgânico* está pois em definir a nossa modernidade como um lugar existente, possível, inadiável e peculiar.

¹² VIANNA, O. *Pequenos Estudos de Psicologia Social*. p.128.